

## AMÉRICA LATINA

LAURENCE WHITEHEAD, *LATIN AMERICA: A NEW INTERPRETATION*

Palgrave, 2006, 300 pp.

**L**atin America: A New Interpretation não é um comentário à actualidade latino-americana, mas uma análise às grandes tendências que moldam esta região. Os seis capítulos da obra resultam da compilação de ensaios publicados anteriormente pelo autor. O principal objectivo do livro é interpretar algumas orientações e continuidades, na tentativa de encontrar as suas origens e traçar futuros cenários, numa perspectiva comparativa. Em suma, Laurence Whitehead abraça o objectivo ambicioso de definir o carácter «distintivo» da América Latina.

Professor no Nuffield College em Oxford, tem desenvolvido o seu trabalho em torno das dimensões internacionais da democratização e a sua comparação com a economia, com especial ênfase para a América Latina, e o México em particular. Em larga medida, *Latin America: A New Interpretation* constitui a súpula do trabalho que tem desenvolvido nos últimos anos.

O argumento central do autor reside na

ideia de que a América Latina é uma região caracterizada por sucessivos projectos de modernidade, conduzidos, essencialmente, de cima para baixo, razão pela qual esbarram frequentemente com a resistência da sociedade e acabam por falhar. Daí que o autor considere a região um «mausoléu de modernidades» caracterizada pela noção de «múltiplas modernidades». Neste sentido, também a organização política padeceu de projectos e reformas que conseguissem unir o Estado e a sociedade, persistindo a ausência de um equilíbrio institucional, a nível económico, político e social.

O autor evidencia ainda a falta de controlo social sobre o desenvolvimento da elite, em grande parte devido à influência alcançada pelos tecnocratas sobre o pessoal político. Para ilustrar esta ideia, Whitehead apresenta as características peculiares do México, em particular dos tecnocratas que, no entanto, têm contribuído para a construção de um consenso bem-sucedido na área da governação económica.

Por fim, no último capítulo, procura oferecer uma explicação para os sucessivos fracassos dos projectos modernizadores da América. O autor refere que a demo-

cratização não favoreceu na sociedade um sentimento de pertença às escolhas colectivas porque as elites continuaram a ter um papel preponderante e inflexível, contribuindo, de certo modo, para o paradoxo da coabitação da democracia com a desigualdade social e a insegurança, um dos traços mais emblemáticos da região.

**MICHAEL REID, FORGOTTEN CONTINENT. THE BATTLE FOR LATIN AMERICA'S SOUL**

Yale University Press, 2007, 384 pp.

**F**orgotten Continent. The Battle for Latin America's Soul é uma análise da história recente da América Latina que nos ajuda a interpretar a actualidade. Michael Reid, jornalista e editor das Américas no Economist, considera este livro um «relatório em progresso» de uma região entendida como um laboratório da democracia e do capitalismo democrático. Relatório esse que deriva da observação e do trabalho do autor na região durante mais de vinte e cinco anos.

O principal objectivo do livro é destacar a realidade e as particularidades de uma região que muitas vezes é esquecida ou ocultada, mas onde se têm desenvolvido exercícios políticos, económicos ou sociais bastante complexos, uns mais bem-sucedidos do que outros (a democratização da maior parte dos países na década de 1980 foi acompanhada por alguns fracassos a nível das reformas económicas talhadas segundo os preceitos do «Consenso de Washington»).

O livro está dividido em doze capítulos. Além dos capítulos introdutórios e do *background* histórico, Reid dá primazia à análise do impacto no desenvolvimento da região do fracasso do Consenso de Washington, dos exemplos reformistas ocorridos no Chile, no Brasil e no México bem como às mudanças sociais e às reformas inacabadas do Estado que ocorreram com a democratização. Reid dá espaço à análise da ideologia populista, centrando-se na figura de Hugo Chávez e na sua influência na região, advertindo para o facto de que o populismo resulta em grande medida das desigualdades sociais extremas. Reid mostra-se bastante céptico quanto à política de Chávez e considera que a «Alternativa Bolivariana», proposta por ele, se define em oposição à democracia, sendo o seu único trunfo a posse de petróleo.

O autor avalia ainda a fragilidade das democracias latino-americanas. Tal como em muitos aspectos – também em relação à consolidação democrática a região não é homogénea – Reid considera que existem diferentes níveis de solidez democrática, e por isso mais importante do que assegurar a sobrevivência da democracia na América Latina é garantir a sua qualidade.

Michael Reid termina a sua análise com uma visão optimista, uma vez que o cenário democrático já vigora em quase toda a região. O passo seguinte será a sua consolidação, e encontrar os mecanismos adequados para que os países consigam conjugar um sistema político efectivo e equitativo com um desenvolvimento e um crescimento económico sustentado.

**MARIFELI PÉREZ-STABLE (ED.),**  
**LOOKING FORWARD. COMPARATIVE**  
**PERSPECTIVES IN CUBA'S TRANSITION**  
University of Notre Dame Press, 2007, 332 pp.

Cuba permanece o país mais marginal da América Latina. Não pelos «excessos» do populismo ou pelos problemas associados ao narcotráfico, mas pelo tipo de regime autoritário que ali vigora há décadas. Com a deterioração do estado de saúde de Fidel Castro, e a passagem de testemunho para o seu irmão Raúl, em Fevereiro de 2008, começaram a surgir as previsões acerca da «transição» política na ilha.

Marifeli Pérez-Stable, actualmente vice-presidente do Inter-American Dialogue e professora na Universidade Internacional da Florida, abandonou Havana na década de 1960. Este livro resulta da recolha de textos de diversos autores, interessados pelo contexto cubano, que escreveram sobre os vários temas que estruturam o livro em 12 capítulos, como sejam, política, economia, sociedade, sistema militar, mas também a corrupção, a ideologia, a cultura e a diáspora. O principal objectivo é que os autores apresentem todos os cenários possíveis para o tema analisado, partindo de um conjunto de interrogações comuns e da comparação com as experiências das democracias mais recentes, especialmente da Europa Central e de Leste ou da América Latina.

Embora não sejam abordadas, claramente, as relações de Cuba com a União Europeia (ou a inexistência delas até há pouco tempo), nem a influência dos países vizi-

nhos ou o papel de Cuba na região, é dedicado um capítulo à relação com os Estados Unidos e à sua influência num cenário sem Fidel Castro.

De um modo geral, os contributos dos especialistas são unânimes no que toca à necessidade de reformas políticas e económicas em Cuba ao mesmo tempo que apontam as dificuldades que daí poderão advir. Os autores concentram as suas análises, essencialmente, em torno de dois cenários. Por um lado, apontam para um processo de sucessão de regime equivalente ao modelo da China e do Vietname, que seria mais efectivo a nível económico mas que não produziria liberalização política; por outro lado, para uma transição democrática que seria um processo mais lento e que teria de contar com o empenho de actores externos bem como das comunidades cubanas no estrangeiro, especialmente nos Estados Unidos. Os autores referem contudo que uma transição democrática, semelhante às que ocorreram nos países da Europa Central e de Leste, poderá não eliminar os problemas de corrupção, bem como gerar controvérsia entre a sociedade civil se as suas expectativas forem defraudadas.

O principal factor de influência do regime cubano continua a ser Fidel Castro. Sem ele, como se vai organizar a política, a economia, o sistema militar ou a sociedade? É na tentativa de encontrar respostas a esta questão que este livro se apresenta, além de actual, bastante interessante e completo.

**ALAIN ROUQUIÉ, LE BRESIL  
AO XXI SIECLE – NAISSANCE D’UN  
NOUVEAU GRAND**

Librairie Arthème Fayard, 2006, 409 pp.

A eleição de Lula da Silva para a Presidência do Brasil em 2002 suscitou, entre os politólogos, variadas análises face ao «fenómeno» ocorrido: a eleição de um sindicalista ex-metalúrgico e fundador do Partido dos Trabalhadores. Para a sua eleição os analistas encontravam justificação na «vontade de mudança» exigida pelos eleitores brasileiros depois dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso. Crítico das políticas do seu antecessor e com uma campanha eleitoral que apostava na ruptura com o passado, Lula ainda fez tremer os mercados financeiros e os países vizinhos. Contudo, com o fim da campanha a continuidade foi a pedra de toque do novo Presidente, tanto na parte da governação económica como, em boa medida, ao nível da política externa.

É este o contexto que vai servir de base ao livro de Alain Rouquié, mais concretamente, a tentativa de perceber como «um metalúrgico, filho de camponeses, se torna o primeiro presidente do Brasil do século XXI», ou pelo menos tentar descrever as condições e os contextos que permitiram que tal acontecesse num país marcado por fortes con-

trastes e desigualdades sociais e elevados níveis de pobreza. Com este livro, Alain Rouquié, embaixador francês no Brasil entre 2000 e 2003, faz uma análise política da actualidade brasileira, utilizando uma perspectiva histórica e traçando a evolução política do Brasil desde o início do século XX.

A primeira parte do livro funciona como uma introdução, descreve os condicionamentos geográficos, a sociedade, as heranças do império bem como a evolução económica e a cultura política do país. Por seu turno, a segunda parte do livro analisa a instalação da democracia com a campanha pelas eleições directas e a sua concretização em 1989, revê ainda o golpe militar de 1964, o papel dos militares no sistema político e a formação do sistema partidário. Com mais detalhe são analisados os governos de FHC marcados pela mudança e modernidade e, claro, o primeiro mandato de Lula da Silva, que o autor considera ter conseguido conjugar a resolução dos problemas sociais com os desafios no domínio da política externa.

Embora num tom pouco imparcial e mais descritivo do que conclusivo, o embaixador Alain Rouquié oferece-nos uma útil introdução à história do Brasil contemporâneo e dos seus mecanismos políticos.

■ CARMEN FONSECA

## ESTADOS UNIDOS

### MICHAEL HUNT, *THE AMERICAN ASCENDENCY: HOW THE UNITED STATES GAINED AND WIELDED GLOBAL DOMINANCE*

Chapel Hill, University of North Carolina Press, 2007, 416 pp.

Em *The American Ascendency*, Michael Hunt perfila-se como um novo seguidor da corrente historiográfica de «Wisconsin», iniciada em finais dos anos de 1950 por William Appleman Williams e continuada por historiadores como Walter LaFeber e Thomas McCormick. Esta escola defendeu a existência de um império americano que se expandia através da supremacia económica e que tinha como principal objectivo a manutenção da mesma. Neste sentido, Michael Hunt veio recuperar, em parte, esta interpretação. Partindo de uma simples questão – de que forma os Estados Unidos adquiriram a supremacia mundial? –, o autor defende que foram as estruturas económicas e sociais existentes naquele país que impulsionaram os governantes no sentido de uma posição global. Os vários líderes norte-americanos, desde o final do século XIX, conciliando as ambições nacionais e os recursos naturais, tomaram as decisões que conduziram à constituição dos EUA como uma potência global em todas as formas: política, militar, territorial, comercial e cultural.

Reconhecendo em William McKinley o precursor desta política (sobretudo pelo papel desempenhado por este Presidente

durante a Guerra Hispano-Americana de 1898), Hunt reconhece que apenas entre 1941 e 1968 os Estados Unidos alcançam a supremacia global. De facto, o autor demonstra que durante este período os Estados Unidos foram capazes de potenciar o seu domínio político, económico e militar, no sentido de uma redefinição do sistema internacional de acordo com os seus valores. A Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas e a implementação do sistema de Bretton Woods são exemplos disso. Numa terceira parte, o historiador demonstra de que forma o período posterior a 1968 e até ao final da Guerra Fria foi caracterizado por alguma desorientação do «gigante» norte-americano. A crise provocada pela Guerra do Vietname e a consciencialização das limitações económicas dos EUA, acentuadas com as crises petrolíferas da década de 1970, alertaram as elites norte-americanas para um papel mais moderado dos Estados Unidos no plano mundial. A Presidência Reagan acabou por ser a excepção a esta regra.

A terminar o seu livro e ao contrário do que é habitual para um historiador, Hunt aventura-se numa análise do estado da presente hegemonia norte-americana. Recusando-se a reconhecer a existência de um império americano (desviando-se, aqui, da escola iniciada por Williams), o autor alerta para os perigos das visões neo-conservadoras que conduziram à invasão do Iraque em 2003.

**WILSON D. MISCAMBLE, FROM  
ROOSEVELT TO TRUMAN; POTSDAM,  
HIROSHIMA AND THE COLD WAR**

Nova York, Cambridge University Press, 2006, 393 pp.

O novo livro de Wilson Miscamble procura relançar o debate sobre as origens da Guerra Fria e sobre a participação do Presidente norte-americano Harry Truman nesse processo, depois de se ter distinguido na década de 1990 com uma biografia política de George Kennan.

Em *From Roosevelt to Truman*, o autor propõe-se analisar até que ponto Harry Truman conseguiu cumprir a promessa de manter as linhas gerais de política externa delineadas por Franklin Delano Roosevelt, particularmente no que dizia respeito à relação com a União Soviética. Para a historiografia internacional, esta questão reveste-se de certa importância na medida em que alguns historiadores revisionistas da Guerra Fria questionaram as capacidades políticas de Truman para suceder ao respeitado Roosevelt num momento tão decisivo para a história mundial. Procurando compreender como a política era feita em Washington, Miscamble traça a transição gradual da percepção norte-americana do mundo, de acordo com a perspectiva do Presidente Truman e dos seus principais conselheiros.

A narrativa do livro evolui ao longo de oito capítulos que se centram, maioritariamente, em dois momentos vitais para a Presidência Truman: por um lado, a presença na Conferência de Potsdam e, por outro, a decisão de bombardear com armas atómicas a cidade japonesa de Hiroxima. Após uma breve descrição dos anos que antecederam a actividade de Truman à

frente dos destinos da nação norte-americana, Miscamble analisa detalhadamente até que ponto a herança deixada por Roosevelt não constituía, em si, um presente envenenado. Miscamble demonstra-nos que Harry Truman, aquando da tomada de posse, estava de certa maneira alheado de muitos dos principais objectivos de política externa delineados por Roosevelt. Mas, por outro lado, o autor também não deixa de reforçar as novas visões da historiografia que apontam para um certo irrealismo da política externa de Roosevelt no final da II Guerra Mundial. Esta tendia a basear-se mais em ilusões do que na realidade. Miscamble demonstra de que forma Truman se deparava com uma missão quase impossível: prosseguir a política externa de um Presidente que fazia assentar as relações dos Estados Unidos com os aliados na sua relação pessoal com os restantes líderes.

Em face disto e deparando-se com a intensificação das tendências expansionistas da União Soviética, Miscamble analisa de que forma Truman foi obrigado a alterar as linhas principais da política externa que havia herdado. Indo mais além do que Roosevelt, Truman foi capaz de destruir a tradicional tendência isolacionista verificada na política norte-americana, inaugurando um período de comprometimento dos Estados Unidos na política mundial, que ainda hoje se verifica. Wilson Miscamble conclui que a política externa de Truman foi bem-sucedida, na medida em que conseguiu conciliar a herança idealista deixada por Roosevelt e implementar uma perspectiva mais pragmática, caracteristicamente sua.

**MELVYN LEFFLER, FOR THE SOUL OF MANKIND: THE UNITED STATES, THE SOVIET UNION AND THE COLD WAR**

Nova York, Hill and Wang, 2007, 608 pp.

O novo livro de Melvyn Leffler, *For the Soul of Mankind*, é, talvez, a contribuição mais inovadora que recentemente a historiografia internacional produziu sobre a Guerra Fria. E, de facto, Leffler não escreveu apenas mais um livro sobre este período do século XX, caracterizado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Depois do galardoado *A Preponderance of Power* (1993), que analisava o conceito de segurança nacional durante a Administração Truman, Leffler propõe-se analisar momentos-chave ao longo da Guerra Fria, tendo como objectivo último compreender de que forma a percepção das realidades dos líderes americanos e soviéticos contribuiu para a persistência da confrontação até 1991.

Leffler identifica cinco momentos-chave cujo desfecho poderia ter sido diferente para a história da humanidade. A relação de Truman com Estaline em finais da década de 1940, a oportunidade perdida por Eisenhower e Malenkov para a paz em meados dos anos de 1950, a conturbada relação entre os presidentes norte-americanos e Khrushchev nos anos de 1960, a erosão da *détente* entre Carter e Brezhnev e o final do conflito alcançado por Gorbachev, Reagan e Bush foram os momentos escolhidos pelo autor. Tendo em conta a exaustiva recolha de fontes que desenvolveu, talvez o único ponto menos conseguido do livro seja a ausência do início da *détente* como um dos momentos marcantes escolhidos por Leffler para alcançar as suas conclusões.

Como nos demonstra este livro, o desfecho da Guerra Fria não estava determinado. Ao longo de mais de quatro décadas, os líderes mundiais foram obrigados a tomar decisões com base nas suas experiências mas, sobretudo, com base nas suas construções ideológicas. Tendo objectivos completamente diferentes para a organização da sociedade humana, Leffler demonstra-nos que apenas no final da década de 1980 os dois blocos estavam em condições para alcançar um entendimento. Na verdade, só em finais dos anos de 1980 os Estados Unidos e a União Soviética tinham líderes suficientemente audaciosos e, até, radicais para aceitarem correr o risco da conciliação de pontos de vista ideologicamente distintos.

**ROBERT DALLEK, NIXON AND KISSINGER, PARTNERS IN POWER**

Nova York, Allen Lane, 2007, 740 pp.

Escrever sobre Richard Nixon e Henry Kissinger não é propriamente um exercício original. Ao longo dos últimos trinta anos vários foram os autores que o fizeram, e o próprio Kissinger contribuiu com três volumes de memórias para esta vasta bibliografia. No entanto, a desclassificação de milhares de documentos nos últimos anos tornou novamente premente, para a história dos Estados Unidos, uma reavaliação do papel destes dois políticos. O objectivo de Robert Dallek neste seu novo livro é compreender quais as razões por trás das acções de Nixon e Kissinger, duas personalidades verdadeiramente

enigmáticas. Ao longo de mais de 700 páginas, o autor procura oferecer novas visões dos principais acontecimentos que caracterizaram este período: o estabelecimento da *détente*, o final da Guerra do Vietname, a participação norte-americana na guerra do Yom Kippur e a crise no Médio Oriente, o derrube do Governo de Salvador Allende no Chile e, obviamente, o caso «Watergate».

Em *Nixon and Kissinger*, o autor consegue dar uma abordagem original a uma das mais conturbadas administrações norte-americanas. Dallek foi capaz de transmitir neste livro, no que pode ser visto como uma biografia conjunta, a constante luta pelo poder de ambos os protagonistas, dois homens que tinham como característica comum mais acentuada a ideia da sua excepcionalidade. O autor faz perpassar a ideia de que Nixon e Kissinger eram dois competidores em busca de glória.

Uma das principais conclusões alcançadas por Dallek prende-se com a demonstração de que grandes medidas de política externa, como o desanuviamento das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética e a aproximação à China, tiveram como objectivo último a criação de uma imagem positiva para ambos os políticos. No fundo, estas medidas de política externa eram, sobretudo, para consumo interno dos eleitores norte-americanos. No entanto, o livro não faz mais do que recapitular uma súmula de tomadas de posição que já eram do conhecimento dos estudiosos da política externa americana. A escrita clara e cativante de Dallek, a par de uma síntese da bibliografia sobre o assunto, tornam *Nixon and Kissinger, Partners in Power* um livro direccionado, particularmente, para o público não académico.

■ DANIEL MARCOS

## HISTÓRIA INTERNACIONAL

**ANNE MARIE LE GLOANNEC (ED.),  
NON-STATE ACTORS IN INTERNATIONAL  
RELATIONS: THE CASE OF GERMANY**

Manchester, Manchester University Press, 2007, 203 pp.

O objectivo central deste livro é a análise do papel dos actores não estatais alemães e a sua interacção com o seu Estado no âmbito das relações externas da Alemanha. A escolha da Alemanha para

objecto deste conjunto de trabalhos prende-se com o facto de ser um dos principais países onde os actores não estatais, ou transnacionais, estão fortemente enraizados e onde a sua relação com o Estado e o poder é principalmente de colaboração – e não tanto de competição ou conflito. Composta por nove capítulos sobre *case studies* particulares, esta obra tem o mérito de trazer novas perspectivas aos estudos sobre a política externa alemã, especial-



mente no período pós-unificação. O primeiro capítulo, da autoria de Lily Gardner Feldman, compara a actuação de diferentes actores não estatais em quatro países-chave das relações externas da Alemanha: Israel, Polónia, República Checa e França. Os dois capítulos seguintes são dedicados à actuação das fundações políticas alemãs em dois cenários distintos: o papel da Fundação Konrad Adenauer na democratização mexicana das últimas décadas do século XX (por Soledad Loaeza) e o papel das fundações políticas na Europa Central (particularmente na Polónia e na Estónia), da autoria conjunta de Dorota Dakowska e Elsa Tulmets. Estes dois capítulos reflectem a ideia de *unintentional power* da Alemanha, quando os seus actores transnacionais são o veículo para a exportação de ideias e modelos. Numa abordagem original, Gilles Lepsant analisa como a passagem das fronteiras orientais da União Europeia da Alemanha para a Polónia reflectiu uma transferência das práticas de controlo fronteiriço através da cooperação entre actores estatais e não estatais destes dois países. Os capítulos de Tanja Börzel e de Charlie Jeffrey abordam o papel dos estados federais alemães, os *Länder*, no papel das relações transnacionais no âmbito alargado da União Europeia. Por fim, os últimos capítulos focam o papel dos actores não estatais na cooperação económica alemã com a Europa de Leste, nomeadamente no que toca à indústria nuclear alemã (de Sabinne Saurugger), à importância das multinacionais alemãs para o estabelecimento de regulamentos laborais (Karina Bluhm), ou o impacto da regionalização econó-

mica (da autoria de Fabienne Boudier-Bensebaa).

Esta obra transmite acima de tudo a ideia de que os actores não estatais alemães são uma das principais bases para a construção do prestígio internacional da Alemanha, que lhes será muito útil caso a sua política externa oficial encontre alguns problemas. A presença de organizações não estatais funciona como «facilitadora» para a posterior penetração alemã.

#### **FRITZ STERN, FIVE GERMANYS I HAVE KNOWN**

Nova York, Farrar, Straus and Giroux, 2007, 520 pp.

Fritz Stern, historiador americano nascido na Alemanha, conta, neste livro, a história da sua vida. Porém, seria redutor descrever esta obra como uma mera autobiografia. Acima de tudo, o que Stern faz magistralmente é contar a história da Alemanha e da Europa Ocidental, desde finais do século XIX até aos nossos dias. Aliando às suas riquíssimas experiências de vida a sua capacidade de análise da História, este é um livro que nos transmite uma versão do século XX impressionante.

Tendo como base a correspondência de familiares, nomeadamente dos seus pais, Stern recua até à «Alemanha Ancestral» para ilustrar o espírito alemão nos últimos anos do século XIX até ao final da I Guerra Mundial. Através desta correspondência, ficamos a conhecer alguns aspectos mais mundanos da vida alemã das décadas de 1900 e 1910, mas também percebemos o espírito que guiava os alemães durante a

I Guerra. A segunda Alemanha de Stern é «Weimar». Pelas experiências de seu pai, veterano de guerra, compreendemos as dificuldades trazidas pela derrota de 1918 e o impacto na geração de alemães que a combateram. As revoltas sociais de 1919 e as alterações sociais e de mentalidades vividas neste período são-nos contadas pelas experiências pessoais da vida dos seus pais e do seu círculo de amigos, que incluía Fritz Haber ou Albert Einstein, mas sempre bem enquadradas e enriquecidas pelo amplo conhecimento histórico do autor. O «Terceiro Reich», a terceira Alemanha de Stern, é talvez um dos capítulos mais marcantes do livro, especialmente pelas origens judaicas da sua família e amigos, que naturalmente sofreram com o anti-semitismo nacional-socialista. Não obstante, Fritz Stern faz uma descrição da Alemanha Nazi que consegue transmitir claramente a evolução do regime nacional-socialista e os sentimentos vividos pela sociedade alemã. O escalar do anti-semitismo nazi obrigou a família Stern a emigrar para os Estados Unidos, em 1938, de onde Stern observou o «terror à distância». A quarta Alemanha é a da Guerra Fria. Melhor dizendo, são as duas Alemanhas da Guerra Fria, que Stern conheceu já numa posição diferente, agora como professor universitário de Columbia. As suas deslocações para investigação ou para conferências fizeram que tivesse uma perspectiva diferente das realidades vividas quer na República Federal, quer na República Democrática Alemã. Também aqui as vivências pessoais do autor são enriquecidas pelo seu conhecimento e análise dos factos. Obviamente, a última Alemanha é

a Alemanha pós-unificação, que Stern apresenta como uma «segunda oportunidade», para a própria Alemanha e para o Mundo.

**ANTHONY READ, THE WORLD ON FIRE. 1919 AND THE BATTLE WITH BOLSHEVISM**

Londres, Jonathan Cape, 2008, 379 pp.

Anthony Read, mais conhecido pelas suas obras sobre a II Guerra Mundial (*The Fall of Berlin*) ou a elite nacional-socialista (*The Devil's Disciples*), envereda com este livro pelo imediato pós-I Guerra, mais precisamente pelo ano de 1919. A Revolução de Outubro de 1917 e a chegada ao poder do bolchevismo na Rússia, aliada ao final da guerra e à desmobilização de milhares de soldados, trouxe inquietação e conflitos a toda a Europa. De facto, nenhum dos governos que estava no poder antes da I Guerra Mundial se manteve depois do Tratado de Versalhes. Os três impérios europeus – Otomano, Austro-Húngaro e Habsburgo – desfizeram-se, dando origem a novos estados, concorrentes entre si. Os conflitos sociais alastraram por toda a Europa Central, especialmente na Alemanha e na Hungria. Também nos Estados Unidos a «ameaça vermelha» foi temida e combatida, nomeadamente através da repressão violenta de manifestações de trabalhadores e pela perseguição e deportação de imigrantes do Leste europeu. Mas o próprio termo «bolchevismo» era algo de indefinido, muitas vezes mesmo para os que se autodenominavam próximos do bolchevismo, o que se tor-

nou evidente para aqueles que o pretendiam combater. Assim, facilmente se generalizou o termo como aplicável a qualquer manifestação, greve ou motim, mais ou menos próxima da esquerda e dos ideais comunistas. Estes deveriam ser violentamente esmagados, o que abriu as portas para movimentos reaccionários de extrema-direita, que surgiram igualmente por todo a Europa e EUA (como exemplos referimos o Freikorps da Alemanha ou os Fascistas italianos, entre outros).

Read procura neste livro ilustrar a actuação ocidental perante os acontecimentos do ano de 1919, em que as revoltas sociais foram constantes e generalizadas. Acima de tudo, analisa a luta encetada contra o bolchevismo, provocada muitas vezes apenas pelo medo da sua proximidade. Poucos foram os países europeus que ficaram a salvo destes acontecimentos. O autor faz uma descrição rica e detalhada dos principais acontecimentos, como por exemplo a chegada ao poder de Bela Kun na Hungria ou o golpe de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht em Berlim, especialmente se tivermos em conta o amplo raio geográfico e a curta baliza temporal em que centra a sua narrativa – abrangendo praticamente toda a Europa, a Rússia e os Estados Unidos, entre 1919 e 1920. Porém, parece que o verdadeiro alcance destas revoltas e contra-revoltas fica por esclarecer. Para além da descrição dos acontecimentos seriam necessárias e desejáveis algumas reflexões sobre as suas consequências a curto e médio prazo, nomeadamente nas lições aprendidas relativamente à contenção da «ameaça vermelha».

**LAWRENCE S. KAPLAN, NATO 1948. THE BIRTH OF THE TRANSATLANTIC ALLIANCE**

Nova York, Rowman & Littlefield Publishers, 2007, 273 pp.

Lawrence S. Kaplan, um dos principais especialistas da história da Aliança Atlântica, foca, neste livro, os debates que estiveram na origem do Tratado do Atlântico Norte quer do lado europeu, quer do lado norte-americano. Na base deste trabalho está o facto de o comprometimento americano em defender a Europa Ocidental representar uma ruptura com cento e cinquenta anos de isolacionismo. Na verdade, de acordo com Kaplan, desde 1800 que os EUA não admitiam uma aliança formal com países do «Velho Continente». Pois em 1949, Washington estava disposta a estabelecer uma aliança formal com dez países europeus e o Tratado do Atlântico Norte foi assinado a 4 de Abril.

Porém, o livro foca-se especialmente no caminho difícil e dramático que o processo de negociação atravessou, especialmente pelas dificuldades sentidas para conciliar todas as preocupações dos futuros aliados. Se, por um lado, europeus e americanos concordavam na necessidade de combater a ameaça comunista e compreendiam a importância vital de uma união entre os EUA e uma Europa Ocidental coesa, elas diferiam substancialmente nos meios para alcançar estes fins. Kaplan aborda essencialmente o lado americano e como a Administração conseguiu ultrapassar os seus problemas domésticos. O Presidente Harry S. Truman precisou de convencer o Congresso de que as intenções europeias de se unir eram sinceras, mas precisou

também de contrariar os receios de alguns grupos internos, como os militares, que receavam que a defesa da Europa iria levar a gastos desnecessários, ou os defensores da ONU, que receavam que uma aliança militar iria subverter o espírito que guiava a Carta das Nações Unidas. Ao mesmo tempo, o Presidente precisou de convencer os europeus que o abandono das divergências entre eles (o antagonismo entre ingleses e franceses, por exemplo) e a necessidade de incluir a Alemanha nesta Aliança iria levar à recuperação política e económica, tão necessária depois da II Guerra Mundial.

Partindo de uma abordagem cronológica, o livro analisa os momentos-chave que levaram até à assinatura do tratado. Porém, Kaplan não consegue evitar uma reflexão sobre o papel reservado à Aliança Atlântica no mundo pós-Guerra Fria, em que a União Soviética e o Pacto de Varsóvia já não existem e em que o comunismo não representa já uma ameaça para o Ocidente. Para tal, o autor faz uma avaliação dos quase sessenta anos da organização, apenas para concluir que a Aliança está para durar, desde que EUA e europeus consigam adaptar-se aos novos desafios.

■ ANA MÓNICA FONSECA